

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
EDITAL

XXIX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*O **SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DE ADMINISTRAÇÃO**, Dr. Eduardo da Silva Lima Neto, na qualidade de Presidente da Comissão do XXIX Concurso para Ingresso na Classe Inicial da Carreira do Ministério Público, TORNA PÚBLICO o programa para as provas escritas preliminar e especializadas e para as provas orais do XXIX Concurso para Ingresso na Classe Inicial da Carreira do Ministério Público:

1. Banca de Direito Penal, de Direito Processual Penal e de Direito Eleitoral

1.1 Direito Penal

Ponto nº 1

- a) Conceito e características do Direito Penal. Histórico do Direito Penal Brasileiro. Fontes do Direito Penal. Interpretação e integração da lei penal. Analogia. Norma penal. Concurso de crimes. Ilicitude e causas de sua exclusão. Prescrição e demais causas extintivas da punibilidade. Direito Penal do Inimigo. Funcionalismo e Direito Penal.
- b) Crimes contra a pessoa. Crimes contra a paz pública. Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/06).
- c) Crimes Militares. Contravenções Penais. Drogas (Lei nº 11.343/06 e Lei nº 6.368/76. Questões de direito intertemporal). Crimes tipificados no Código Brasileiro de Trânsito (Lei nº 9.503/97). Crimes eleitorais.

Ponto nº 2

- a) Aplicação da lei penal. Lei penal no tempo e no espaço. Lei penal em relação às pessoas. Concurso aparente de normas. Concurso de pessoas. Culpabilidade e causas de sua exclusão. Prescrição e demais causas extintivas da punibilidade.
- b) Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a Administração Pública.
- c) Crimes contra a ordem tributária e econômica, contra o consumidor e as relações de consumo (Lei nº 8.137/90 e Lei nº 8078/90). Crimes contra o meio ambiente (Lei nº 6.938/81 e Lei nº 9.605/98). Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03) e na Lei do Porte de Arma (Questões de direito intertemporal - Lei nº 9.437/97). Crimes definidos na Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/05), de planejamento familiar (Lei nº 9.263/96) e de transplantes (Lei nº 9.434/97).

Ponto nº 3

- a) Princípios constitucionais penais. Fato típico. Classificação dos crimes. Prescrição e

demais causas extintivas da punibilidade.

- b) Crimes contra os costumes. Crimes contra a honra.
- c) Crimes de Imprensa (Lei nº 5.250/67). Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Drogas (Lei nº 11.343/06 e Lei nº 6.368/76. Questões de direito intertemporal). Organizações criminosas (Lei nº 9.034/95). Crimes eleitorais.

Ponto nº 4

- a) Ilícitude. Culpabilidade. Causas excludentes de ilícitude e de culpabilidade. Direito Penal do Inimigo.
- b) Crimes contra a paz pública. Crimes contra a administração pública. Crimes contra o patrimônio.
- c) Drogas (Lei nº 11.343/06 e Lei nº 6.368/76. Questões de direito intertemporal). Crimes tipificados no Código Brasileiro de Trânsito (Lei nº 9.503/97). Execução Penal (Lei nº 7.210/84).

Ponto nº 5

- a) Fato típico. Penas. Medidas de segurança. Aplicação e execução. Efeitos da condenação. Reabilitação. Concurso aparente de normas. Direito Penal do Inimigo.
- b) Crimes contra a pessoa. Crimes contra a liberdade sexual. Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/06).
- c) Crimes tipificados no Decreto-lei nº 201/67. Crimes tipificados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

Ponto nº 6

- a) Princípios constitucionais penais. Fato típico. Concurso de crimes. Erro. Relação de causalidade. Imputação Objetiva.
- b) Crimes contra a fé pública. Crimes contra a família. Lesões corporais. Crimes contra a liberdade individual e pessoal. Crimes contra a honra.
- c) Crimes falimentares (Lei 11.101/05). Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº 7.716/89). Drogas (Lei nº 11.343/06 e Lei nº 6.368/76. Questões de direito intertemporal). Crimes previstos na Lei nº 9.029/95. Crimes contra as pessoas portadoras de deficiência (Lei nº 7.853/89).

Ponto nº 7

- a) Condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias. Erro. Concurso de pessoas. Prescrição e demais causas extintivas da punibilidade.
- b) Crimes contra a administração pública. Crimes contra o patrimônio.
- c) Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03) e na Lei do Porte de Arma (Questões de direito intertemporal - Lei nº 9.437/97). Proteção a testemunhas (Lei nº 9.807/99). Crimes hediondos (Lei nº 8.072/90). Crimes eleitorais. Genocídio (Lei nº 2.889/56).

Ponto nº 8

- a) Princípios constitucionais penais. Tentativa. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Crimes omissivos e comissivos. Direito Penal do Inimigo.
- b) Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a pessoa. Crimes contra a fé pública. Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/06).
- c) Crimes de tortura (Lei nº 9.455/97). Crimes hediondos (Lei nº 8.072/90). Proteção a programas de computadores (Lei nº 9.609/98). Crimes contra a ordem tributária e econômica, contra o consumidor e as relações de consumo (Lei nº 8.078/90 e Lei nº 8.137/90). Crimes definidos na Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/05), de planejamento familiar (Lei nº 9.263/96) e de transplantes (Lei nº 9.434/97).

Ponto nº 9

- a) Princípios constitucionais penais. Concurso de crimes. Erro. Ilícitude e causas de exclusão.
- b) Crimes contra a honra. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra fé pública.
- c) Crimes tipificados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). Corrupção de menores (Lei nº 2.252/54). Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03) e na Lei do Porte de Arma (Questões de direito intertemporal - Lei nº 9.437/97). Crimes definidos na Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/05), de planejamento familiar (Lei nº 9.263/96) e de transplantes (Lei nº 9.434/97).

Ponto nº 10

- a) Relação de causalidade. Imputação Objetiva. Funcionalismo e Direito Penal. Concurso de pessoas. Dolo e culpa. Consumação e tentativa. Prescrição e demais causas extintivas da punibilidade.
- b) Crimes contra a vida. Lesões corporais. Crimes contra o patrimônio. Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/06).
- c) Abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65). Crimes hediondos (Lei nº 8.072/90). Crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/98). Drogas (Lei nº 11.343/06 e Lei nº 6.368/76. Questões de direito intertemporal). Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03) e na Lei do Porte de Arma (Questões de direito intertemporal - Lei nº 9.437/97). Crimes definidos na Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/05), de planejamento familiar (Lei nº 9.263/96) e de transplantes (Lei nº 9.434/97).

1.2 Direito Processual Penal

Ponto nº 1

- a) Procedimento no Júri. Procedimento da Lei 11.343/06 (Tóxicos).
- b) Procedimento dos crimes de trânsito. Procedimento dos crimes falimentares (Lei 11.101/05).
- c) Jurisdição e competência.

Ponto nº 2

- a) A Prisão processual. Outras medidas cautelares processuais penais. A Liberdade. Liberdade provisória vinculada.
- b) O procedimento nos Juizados Especiais Criminais.
- c) Procedimento sumário. O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03). Violência familiar e doméstica contra a mulher (Lei 11.340/06).

Ponto nº 3

- a) Inquérito policial e outros procedimentos preparatórios da ação penal.
- b) Os sistemas processuais penais e os princípios processuais penais.
- c) Ação penal pública.

Ponto nº 4

- a) *Habeas Corpus*.
- b) Prova. Teoria geral e admissibilidade da prova. Prova ilícita e ilegítima.
- c) Decisões penais. Princípio da correlação entre a acusação e sentença.

Ponto nº 5

- a) Execução. Princípios básicos. Regimes de cumprimento de penas privativas de liberdade.
- b) Prova oral: testemunhas e ofendido.
- c) Vícios dos atos processuais. Irregularidades, nulidades e inexistência.

Ponto nº 6

- a) Ação penal privada subsidiária da pública.
- b) Recursos. Teoria geral. Princípios e pressupostos. Admissibilidade recursal.
- c) A Denúncia e seu aditamento. O interrogatório.

Ponto nº 7

- a) Apelação. Recursos constitucionais.
- b) Exame de corpo de delito e perícias em geral.
- c) Condições para o exercício da ação penal e pressupostos processuais.

Ponto nº 8

- a) Recurso em sentido estrito. Os embargos.
- b) Forma, lugar e tempo dos atos processuais. Procedimentos comuns e especiais do CPP.
- c) Atribuições do Ministério Público. Natureza jurídica. Conflitos de atribuições.

Ponto nº 9

- a) Efeitos civis da sentença penal.
- b) A ação privada.
- c) O imputado. Autodefesa e defesa técnica. A vítima. O assistente de acusação.

Ponto nº 10

- a) A revisão criminal.
- b) A confissão. Prova documental. Indícios. Reconhecimento de pessoas e coisas.
- c) A defesa indireta no processo penal. As exceções. Questões prejudiciais.

1.3 Direito Eleitoral

Ponto nº 1

- a) Domicílio eleitoral. Registro de candidaturas: requerimento e impugnação.
- b) Direitos Políticos: aquisição, perda e suspensão. Condições de elegibilidade. Causas de inelegibilidade e incompatibilidades. Inabilitação.
- c) Legislação Eleitoral: princípios, forma e competência legislativa. Lei nº 9.504/97.

Ponto nº 2

- a) Circunscrições eleitorais. Órgãos da Justiça Eleitoral: competência, composição e escalonamento hierárquico. Servidores da Justiça Eleitoral.
- b) O procedimento eletivo e suas diferentes fases. Normas de regência: constitucionais, legais e regulamentares.
- c) Consulta e poder normativo. Organização do eleitorado. Urnas eletrônicas. Sistema informatizado de votação eletrônica. Sistema tradicional: votação manual e apuração dos votos.

Ponto nº 3

- a) O Ministério Público no plano eleitoral: princípios institucionais, prerrogativas, designação dos Promotores Eleitorais. Organização e atribuições.
- b) Crimes eleitorais e processo penal eleitoral.
- c) Direitos Políticos: aquisição, perda e suspensão. Condições de elegibilidade. Causas de inelegibilidade e incompatibilidades. Inabilitação.

Ponto nº 4

- a) Partidos políticos: normatização de regência, organização, funcionamento, direitos e deveres.
- b) Filiação partidária. Propaganda eleitoral, política e partidária. Direito de resposta. Representação eleitoral (art. 96, da Lei nº 9.504/97).
- c) Ação de impugnação ao registro. Ação de Impugnação de mandato eletivo. Investigação Judicial Eleitoral. Recurso contra a expedição de diploma. Ação rescisória eleitoral.

Ponto nº 5

- a) O Ministério Público no Plano Eleitoral: princípios institucionais, prerrogativas, designação dos Promotores Eleitorais. Organização e atribuições.
- b) Abuso do poder nas eleições, corrupção e fraude. Transporte de eleitores. Captação ilícita de votos.
- c) Evolução do Direito Eleitoral no Brasil. Influência das esferas penal, cível e administrativa no plano eleitoral.

Ponto nº 6

- a) Prazos, competência, legitimidade e recursos em matéria eleitoral.
- b) Crimes eleitorais e processo penal eleitoral.
- c) Registro de candidaturas: requerimento e impugnação. Filiação partidária. Propaganda eleitoral, política e partidária. Direito de resposta. Representação Eleitoral (art. 96, da Lei nº 9.504/97).

Ponto nº 7

- a) Legislação eleitoral básica: Código Eleitoral, Lei Complementar nº 64/90, Lei nº 9.504/97, Lei nº 9.096/95 e Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral.
- b) Sufrágio. Voto. Sistema de apuração eletrônica. Captação ilícita de votos. Influência das esferas penal, cível e administrativa no plano eleitoral.
- c) Investigações realizadas pelo Ministério Público, regime disciplinar dos Promotores Eleitorais. Conflito de atribuições.

Ponto nº 8

- a) Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais. Atos de Improbidade Administrativa. Abuso de poder. Multas eleitorais: cominação, aplicação e execução.
- b) O Ministério Público no plano eleitoral: princípios institucionais, prerrogativas, designação dos Promotores Eleitorais. Organização e atribuições.
- c) Ação penal. Perda do mandato eletivo. Imunidades. Foro por prerrogativa de função.

Ponto nº 9

- a) Sistemas majoritário e proporcional. Quocientes eleitoral e partidário. Nulidades no procedimento eletivo.
- b) Captação ilícita de votos. Ação de impugnação ao registro. Ação de Impugnação de mandato eletivo. Investigação Judicial Eleitoral. Recurso contra a expedição de diploma. Ação rescisória eleitoral.
- c) Eleição, plebiscito e referendo: características essenciais e fiscalização.

Ponto nº 10

- a) Abuso de poder nas eleições: caracterização e meios de coibição. Democracia direta, indireta e semidireta.
- b) Partidos políticos: normatização de regência, organização, funcionamento, direitos e

- deveres. Domicílio eleitoral. Registro de candidaturas: requerimento e impugnação.
- c) Recursos em matéria eleitoral. Processo Penal Eleitoral. Representação eleitoral (art. 96 da Lei nº 9.504/97).

2. Banca de Direito Civil, de Direito Processual Civil e de Direito Empresarial

2.1 Direito Civil

Ponto nº 1

- a) As fontes do direito. A norma jurídica. Estrutura, características e classificação das normas. Interpretação e integração das normas. Eficácia da norma. Obrigação: conceito e natureza jurídica. Estrutura da obrigação. Características e elementos. Fontes das obrigações. Classificação das obrigações. Obrigação de dar, de fazer, de não fazer, facultativas e alternativas. Obrigações de meio e resultado.
- b) Teoria geral dos contratos. Elementos dos contratos. Classificação dos contratos. Princípios Sociais e Individuais dos Contratos. Contratos de adesão e cláusulas contratuais gerais. Posse. Classificação e desdobramento da posse. Modos de aquisição e perda da posse. Efeitos da posse. Composse. Do Estatuto da Terra. Do parcelamento do solo.
- c) A família no Código Civil e na Constituição da República. Casamento: noções gerais. Conceito. Natureza jurídica. Características. Finalidades. Princípios. Esponsais. Da sucessão em geral. Abertura da sucessão. Da herança e sua administração. Da vocação hereditária. Aceitação e renúncia. Herança jacente. Da petição de herança.

Ponto nº 2

- a) Aplicação da lei no tempo e no espaço. Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei nº 4.657/42). Disposições Finais e Transitórias do novo Código Civil. A relação jurídica. O direito subjetivo. Eficácia, limitações e proteção dos direitos subjetivos. Direitos potestativos, ônus e faculdades. Obrigação natural. Obrigação *propter rem*. Obrigação solidária e obrigações divisíveis e indivisíveis.
- b) Efeitos do contrato. Interpretação dos contratos. Contrato preliminar. Contrato com pessoa a declarar. Contratos em favor de terceiro. Promessa de fato de terceiro. Vícios redibitórios. Evicção. Propriedade. Aquisição e perda da propriedade. Usucapião. Lei de Registros públicos. Propriedade fiduciária.
- c) Casamento. Formalidades preliminares. Habilitação. Requisitos e pressupostos matrimoniais. Procedimento. Impedimentos matrimoniais. Oposição dos impedimentos. Sucessão legítima. Sucessão dos descendentes, ascendentes, cônjuge, companheiro e colaterais.

Ponto nº 3

- a) Pessoa natural. Personalidade jurídica. Capacidade, legitimação e estado. Incapacidade absoluta e relativa. Direitos da personalidade. Extinção das obrigações. Pagamento. Modalidades do pagamento. Pagamento indevido. Pagamento por consignação. Pagamento por consignação bancária. Pagamento por sub-rogação. Imputação em pagamento. Dação em pagamento. Novação. Compensação.

- Confusão. Remissão.
- b) Extinção dos Contratos. Compra e venda. Cláusulas especiais à compra e venda. Venda com reserva de domínio. Doação. Empreitada e prestação de serviços. Condomínio. Condomínio edilício. Usucapião especial rural e urbano. Direito de vizinhança. Registro civil da pessoa natural. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: direito à vida. Medidas de proteção ao idoso.
 - c) Casamento. Capacidade para o casamento. Celebração e provas. Celebração do casamento. Assento de casamento. Casamento nuncupativo. Casamento por procuração. Provas do casamento. Casamento inexistente, nulo, anulável e irregular. Direito de representação.

Ponto nº 4

- a) Pessoas jurídicas. Registro civil das pessoas jurídicas. Desconsideração da personalidade jurídica, no Código de Defesa do Consumidor e Código Civil. Fundações. Domicílio. Os bens. Patrimônio. Classificação dos bens. Benfeitorias. Consequências da inexecução das obrigações. Mora e inadimplemento. Juros ilegais. Juros moratórios e compensatórios. Correção monetária. Perdas e danos. Danos emergentes. Lucros cessantes. Dano moral. Direito de empresa: sociedade personificada.
- b) Empreitada e prestação de serviços. Da promessa de recompensa. Direito de Superfície. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. Medidas específicas de proteção ao idoso.
- c) Casamento. Efeitos jurídicos do casamento. Direitos e deveres dos cônjuges. Regime de bens entre os cônjuges: conceito, natureza jurídica, características. Pacto antenupcial. Doações antenupciais. Bem de família legal e convencional. Formas de testamentos. Invalidade dos testamentos. Disposições testamentárias.

Ponto nº 5

- a) Aquisição, modificação e extinção dos direitos. Ato jurídico. Negócio jurídico. Classificação, elementos e interpretação dos negócios jurídicos. Representação. Cláusula penal. Transmissão das obrigações. Cessão de crédito. Cessão de débito. Cessão de contrato.
- b) Locação. Lei nº 8.245/91. Transação. Compromisso. Cartão de crédito. Servidão. Usufruto. Uso e habitação. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: alimentos. Política de atendimento ao idoso.
- c) Regime de bens entre os cônjuges. Regime da comunhão universal. Regime da comunhão parcial. Regime de participação final nos aqüestos. Regime da separação de bens: separação convencional e separação legal. Separação judicial e separação de fato. Separação judicial consensual. Separação judicial litigiosa. Separação de fato. Efeitos. Disposições conjuntas e direito de crescer. Petição de herança. Cessão de herança.

Ponto nº 6

- a) Elementos acidentais do negócio jurídico. Condição, termo e encargo. Assunção de dívida. Empréstimo. Direitos reais de garantia. Penhor e hipoteca. Direito Real de

Aquisição. Registro de Imóveis. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: direito à saúde. Entidades de atendimento ao idoso.

- b) Divórcio: conceito e natureza jurídica. Formas de divórcio. Conversão da separação judicial em divórcio. Efeitos. Separação consensual e divórcio consensual na Lei nº 11.441/07. Sucessão testamentária. Cláusulas restritivas.

Ponto nº 7

- a) Defeitos do negócio jurídico: erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão, simulação, reserva mental e fraude contra credores. Resolução por onerosidade excessiva. Mandato. Gestão de Negócios.
- b) União Estável: Leis nºs 8.971/94 e 9.278/96. A união estável no Código Civil. Conceito. Características. Efeitos. Dissolução. Concubinato. Relações de parentesco: conceito, espécies, linhas e graus. Efeitos legais.
- c) Legados. Aquisição e efeitos dos legados. Espécies de legados. Caducidade dos legados. Substituições. Fideicomisso.
- d) Aplicação dos direitos fundamentais às relações privadas. Direitos autorais (Lei nº 9.610/98): obras intelectuais, contratos de direitos autorais; utilização de obras intelectuais e dos fonogramas. Direitos do autor. Dos direitos do consumidor: direitos básicos do consumidor

Ponto nº 8

- a) Inexistência, invalidade e ineficácia dos negócios jurídicos: nulidade, anulabilidade e ineficácia. Títulos de crédito: títulos à ordem, ao portador e nominativos.
- b) Contrato de transporte. Responsabilidade civil. Dos direitos do consumidor: da qualidade de produtos e serviços, da prevenção e da reparação dos danos. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: da profissionalização e do trabalho.
- c) Filiação: filiação nas relações matrimoniais. Filiação nas relações extramatrimoniais. Investigação de paternidade (Lei nº 8.560/92). Filiação socioafetiva. Adoção: conceito. Adoção no novo Código Civil. Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente. Deserdação. Revogação e rompimento de testamento. Caducidade de testamento.

Ponto nº 9

- a) Ato ilícito e Abuso do Direito. Responsabilidade civil. Seguro. Atos unilaterais: promessa de recompensa e gestão de negócios. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: da previdência social e da assistência social.
- b) Poder familiar e tutela. Exercício do poder familiar. Efeitos do poder familiar. Suspensão e extinção do poder familiar. Guarda. Tutela. Efeitos da tutela. Curatela e ausência: Curatela. Noções gerais. Espécies de curatela. Ausência. Interdição. Estatuto da Criança e do Adolescente: guarda, tutela e adoção.
- c) Petição de herança. Cessão de herança. Redução das disposições testamentárias. Revogação de testamento. Rompimento do testamento. Do testamenteiro. Direitos autorais (Lei nº 9.610/98): direitos conexos. Dos direitos do consumidor (Lei nº 8.078/90): das práticas abusivas comerciais.

Ponto nº 10

- a) Prescrição e decadência. Forma e Prova dos Negócios Jurídicos. Fiança. Atos unilaterais: pagamento indevido e enriquecimento sem causa. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: da habitação e do transporte.
- b) Alimentos. Prestação alimentícia: conceito, natureza jurídica, características e pressupostos. Alimentos provisionais: provisórios e definitivos (Lei nº 5.478/68). Alimentos: revisão. Estatuto da Criança e do Adolescente. Direitos fundamentais da criança e do adolescente.
- c) Inventário e Partilha. Inventário e Partilha na Lei nº 11.441/07. Sonegados. Pagamento de dívidas. Colação. Partilha. Garantia dos quinhões hereditários. Anulação da partilha. Direitos autorais (Lei nº 9.610/98): as sanções civis às violações dos direitos autorais. Dos direitos do consumidor (Lei nº 8.078/90): da proteção contratual.

2.2 Direito Processual Civil

Ponto nº 1

- a) Direito processual civil. Fontes do Direito Processual Civil brasileiro. Jurisdição. Órgãos da função jurisdicional. Poder Judiciário. Organização judiciária. Funções não jurisdicionais do Poder Judiciário. Órgãos auxiliares da Justiça. O juiz. Competência.
- b) Recursos. Disposições gerais. Duplo grau obrigatório de jurisdição. Recursos em espécie.
- c) Execução por quantia certa contra devedor solvente. Execução por quantia certa contra devedor insolvente. Execução para entrega de coisa. Remição. Embargos de terceiros.

Ponto nº 2

- a) Ministério Público. Organização do Ministério Público da União e dos Estados. Atribuições do Ministério Público no processo civil. O advogado. Advocacia da União, dos Estados e dos Municípios. Assistência jurídica. Defensoria Pública.
- b) Apelação. Recurso especial. Recurso extraordinário. Embargos de divergência. Reclamação.
- c) Execução contra a Fazenda Pública. Execução de prestação alimentícia. Execução civil de sentença penal. Execução fiscal. Execução na Ação civil pública.

Ponto nº 3

- a) Ação. Espécies. Condições da ação. Individualização. Conexão e continência. Concurso e cumulação de ações. A ação como instrumento de acesso à Justiça.
- b) Agravo de instrumento e agravo retido nos autos. Embargos de declaração. Embargos infringentes. Recursos ordinários constitucionais. Ação rescisória.
- c) Providências cautelares. Ação cautelar. Processo cautelar. Disposições gerais. Procedimento cautelar comum.

Ponto nº 4

- a) Processo. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais. Princípios informativos do processo e procedimento. Princípios processuais constitucionais. A instrumentalidade do processo e sua importância para o acesso à justiça.
- b) Tutelas coletivas.
- c) Arresto. Seqüestro. Caução. Busca e apreensão. Exibição. Produção antecipada de prova. Alimentos provisionais. Arrolamento de bens. Atentado. Justificação. Ação monitória.

Ponto nº 5

- a) Partes. Capacidade e legitimação. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. A legitimação para as ações coletivas.
- b) Julgamento e ônus da prova. Regras de experiência e conceitos juridicamente indeterminados. Equivalentes Jurisdicionais.
- c) Juizado Especial Cível. Ação de consignação em pagamento. Ação de depósito. Ação de prestação de contas. Ações possessórias. Habilitação.

Ponto nº 6

- a) Objeto do processo. Mérito. Questões preliminares e questões prejudiciais. Fatos e atos processuais. Forma, lugar e tempo dos atos processuais. Prazos. Preclusão. Vícios dos atos processuais e suas conseqüências. Nulidades processuais.
- b) Ação civil pública. O inquérito civil. Compromisso de ajustamento de conduta. A defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- c) Ação de nunciação de obra nova. Ação de usucapião. Ação de usucapião especial. Ação de divisão e demarcação.

Ponto nº 7

- a) Processo de conhecimento. Formação, suspensão e extinção do processo de conhecimento. Procedimento comum e procedimentos especiais. Procedimento sumário. Tutela antecipada.
- b) Execução forçada. Processo de execução. Ação executiva. Disposições gerais. Formação, suspensão e extinção do processo de execução. Títulos judiciais e extrajudiciais. Liquidação.
- c) Inventário e partilha. Arrolamento. Procedimentos relacionados com testamentos e codicilos. Herança jacente. Ação de alimentos. Separação judicial e divórcio. Ação de investigação de paternidade disciplinada na Lei nº 8.560/92. Ação de desapropriação. Ação de acidente de trabalho.

Ponto nº 8

- a) Petição inicial. Ajuizamento, distribuição e registro. Despacho liminar. Citação inicial.
- b) Sujeitos do processo de execução. As partes e o órgão judicial. Competência. Responsabilidade patrimonial. Fraude de execução. Execução das obrigações de fazer e de não fazer e de emitir declaração de vontade. Embargos do devedor.

- c) Mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. *Habeas data*. Ação popular. Uniformização de jurisprudência.

Ponto nº 9

- a) Resposta do réu. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de conciliação. As provas. Disposições gerais. As provas em espécie.
- b) Controle de constitucionalidade. Controle incidental de inconstitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação direta de constitucionalidade. Ação de inconstitucionalidade por omissão.
- c) Ação civil pública. Ações relacionadas com a defesa do consumidor. Cidadania e Meio Ambiente. Procedimentos disciplinados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ponto nº 10

- a) Audiência de instrução e julgamento. Sentença e coisa julgada.
- b) Novas tendências do Direito Processual. Escopos sociais, políticos e jurídicos.
- c) Jurisdição voluntária. Disposições gerais. Procedimento comum da jurisdição voluntária. Interdição. Tutela e curatela. Bens de ausentes. Procedimentos relacionados com registros públicos. Habilitação de casamento. Restauração de autos.

2.3 Direito Empresarial

Ponto nº 1

- a) Teoria dos atos de comércio. Teoria da empresa.
- b) Sociedades limitadas.
- c) Pedido de falência. Impontualidade e atos de falência.

Ponto nº 2

- a) Empresário individual. Contrato de arrendamento mercantil (*leasing*). Contrato de alienação fiduciária em garantia.
- b) Estabelecimento empresarial. Sociedades anônimas.
- c) Ministério Público no processo de insolvência empresarial (falências e recuperação de empresas). Sentença de falência.

Ponto nº 3

- a) Letra de câmbio. Nota promissória.
- b) Responsabilidade do administrador da sociedade limitada e sociedade anônima. Contrato de faturização (*factoring*). Contrato de desconto bancário. Contrato de abertura de crédito em conta corrente.
- c) Habilitação, verificação e classificação de crédito na falência.

Ponto nº 4

- a) Protesto. Ações cambiais. Ação de locupletamento. Títulos de crédito virtuais. Sistema de infra-estrutura de chaves públicas – ICP Brasil.
- b) Direito de retirada. Exclusão de sócio. Apuração de haveres. Contrato de cartão de crédito.
- c) Efeitos da falência quanto à pessoa do falido. Agentes da falência: Ministério Público. Juízo. Administrador. Credores. Comitê e assembléia de credores.

Ponto nº 5

- a) Teoria geral dos títulos de crédito.
- b) Sociedades controladoras e controladas (*holdings*). Sociedades coligadas. Grupos de sociedades. Consórcios de sociedades. Sociedades de propósito específico. Sociedades *Off Shores*.
- c) Efeitos da falência em relação aos bens do falido. Pedido de restituição. Embargos de terceiros.

Ponto nº 6

- a) Princípios e atributos de direito cambiário.
- b) Interesses transindividuais societários.
- c) Efeitos da falência quanto aos contratos do falido. R.A.E.T. - Regime de Administração Especial Temporária. Intervenção e liquidação extrajudicial.

Ponto nº 7

- a) Sociedades simples e empresárias. Sociedades cooperativas. Sistema nacional de registro das sociedades. Juntas comerciais e registros civis de pessoas jurídicas.
- b) Sociedades limitadas. Desconsideração da personalidade jurídica.
- c) Ação revocatória. Inquérito civil. Apuração dos crimes falimentares e de recuperação de empresas: formas de investigação e procedimento judicial.

Ponto nº 8

- a) Teoria geral do direito societário. Sociedade em conta de participação. Sociedade em comum. Desconsideração da personalidade jurídica.
- b) Função social da empresa. Governança corporativa e poupança popular. Sociedades anônimas.
- c) Realização do ativo e liquidação do passivo na falência. Sentença de encerramento e sentença de reabilitação na falência.

Ponto nº 9

- a) Cheque. Duplicata. Cédula de crédito bancário.
- b) R.A.E.T. - Regime de Administração Especial Temporária. Intervenção e Liquidação Extrajudicial.
- c) Recuperação de empresas.

Ponto nº 10

- a) Contrato de trespasse de estabelecimento empresarial. Contrato de franquia empresarial.
 - b) Endosso. Aceite. Aval.
 - c) Recuperação de empresas.
- 3. Banca de Direito Constitucional, de Direito Administrativo, de Princípios Institucionais do Ministério Público e de Direito Tributário**

3.1 Direito Constitucional

Ponto nº 1

- a) Conceitos e classificações das Constituições. Poder Constituinte: noção, modalidades, distinções e limites. Controle de constitucionalidade.
- b) Direitos e garantias fundamentais. Tutela dos interesses individuais e coletivos. Direitos políticos: cidadania e nacionalidade. Inabilitação. Ação de impugnação de mandato eletivo. Direitos sociais. Regime jurídico dos tratados internacionais.
- c) Ordem social: princípios e regras. Seguridade social e reforma da previdência. Educação, cultura e desporto. O meio ambiente na Constituição.

Ponto nº 2

- a) O Estado Democrático de Direito. Princípios constitucionais fundamentais, gerais e setoriais. Regime representativo. República. Presidencialismo e parlamentarismo. Sistemas eleitorais e partidos políticos.
- b) Separação de Poderes: o sistema de freios e contrapesos. As funções legislativa, administrativa e jurisdicional. Delegações de funções. Comissões Parlamentares de Inquérito. O Ministério Público e suas funções institucionais. Conselho Nacional do Ministério Público.
- c) Direito de propriedade. Limitações e condições para o seu exercício. Função social da propriedade. Desapropriação. Políticas urbana, agrícola, fundiária e da reforma agrária.

Ponto nº 3

- a) Hermenêutica, interpretação e integração da Constituição. Princípios específicos de interpretação constitucional.
- b) Os Estados-membros na Federação brasileira. Competências exclusivas, comuns e concorrentes. As Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas dos Municípios. Definição e limites do Poder Constituinte dos Estados-membros. O princípio da simetria. O Distrito Federal. Controle de constitucionalidade.
- c) Ordem econômica e financeira. Princípios da ordem econômica. Intervenção do Estado. Prestação de serviços públicos e exploração da atividade econômica. Administração indireta. Descentralização administrativa.

Ponto nº 4

- a) Tipologia, validade, eficácia e efetividade das normas constitucionais. Normatividade constitucional: princípios e regras. Disposições constitucionais transitórias: natureza e fins. Fundamentos do Estado.
- b) Ações constitucionais. *Habeas Corpus*. Mandado de segurança individual e coletivo. Ação popular. Ação civil pública. *Habeas Data*. Mandado de Injunção. O papel do Ministério Público em cada uma das ações constitucionais.
- c) Poder Judiciário. Garantias dos Juízes. Incompatibilidades. Tribunais e respectivas competências. O exercício de funções legislativas e administrativas por órgãos do Poder Judiciário. Sistemas de jurisdição: única e dúplice. Recursos ordinário, especial e extraordinário. Conselho Nacional de Justiça. Súmula vinculante.

Ponto nº 5

- a) O princípio da supremacia da Constituição. Direitos fundamentais e direitos humanos. Soberania estatal e proteção internacional dos direitos humanos. O controle da constitucionalidade dos atos normativos no Brasil. O controle jurisdicional difuso e incidental. O controle jurisdicional concentrado e abstrato. O princípio da reserva de plenário. A ação direta de inconstitucionalidade por omissão. A ação declaratória de constitucionalidade. A arguição de descumprimento de preceito fundamental. O devido processo legal e o princípio da proporcionalidade. Lei nº 9.868/99 e Lei nº 9.882/99.
- b) Organização político-administrativa do Estado Brasileiro. Repartição de competências e seus critérios. Competências político-administrativas, legislativas e tributárias.
- c) Finanças Públicas. Orçamento. Princípios constitucionais. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Tribunais de Contas da União e dos Estados: competências. Empréstimos externos. Responsabilidade fiscal e Lei Complementar nº 101/00. Autonomia financeira do Ministério Público.

Ponto nº 6

- a) Reforma da Constituição. Revisão e emenda constitucional. Limites ao poder de reforma: procedimentais, materiais, circunstanciais e temporais. A mutação constitucional. Controle de constitucionalidade.
- b) Autonomia dos entes federativos: significado e limites. Autonomia do Ministério Público. Intervenção federal e estadual. Mecanismos de integração e cooperação federativos: regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
- c) Poder regulamentar: natureza, modalidades e limites ao seu exercício. Delegações legislativas. Medidas provisórias.

Ponto nº 7

- a) Princípios e regras de regência da Administração Pública na Constituição Federal. Improbidade Administrativa na Constituição Federal e na Lei nº 8.429/92. Órgãos públicos: definições constitucionais. Entidades da Administração Pública Indireta: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- b) O Município na Constituição Federal. Princípios de organização e competências

municipais. Direitos e deveres dos vereadores. Lei Orgânica do Município. Constituição estadual e autonomia municipal.

- c) Sistema Tributário Nacional. Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Limitações constitucionais ao poder de tributar: imunidades e privilégios. Princípios constitucionais tributários: capacidade contributiva, legalidade, anterioridade e irretroatividade.

Ponto nº 8

- a) Ação direta de inconstitucionalidade: aspectos processuais específicos. A medida cautelar e a suspensão liminar. Efeitos da decisão provisória e definitiva na ação direta de inconstitucionalidade e na ação declaratória de constitucionalidade. A ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual. O devido processo legal e o princípio da proporcionalidade.
- b) Poder Executivo. Atribuições do Presidente da República, dos Governadores e dos Prefeitos. Responsabilidade do Presidente da República, dos Governadores, dos Prefeitos, dos Ministros de Estado e dos Secretários estaduais e municipais. O processo de impedimento nos três níveis. Vacância do cargo. Reeleição. Inabilitação. Inelegibilidades na Constituição. Crimes de responsabilidade.
- c) Funções essenciais à Justiça. O Ministério Público: princípios institucionais e atribuições. Garantias de seus membros e incompatibilidades. Defensoria Pública. Advocacia Geral da União e Procuradorias dos Estados e Municípios. Advocacia privada.

Ponto nº 9

- a) Poder Legislativo. Imunidades parlamentares. Controle parlamentar dos atos da Administração Pública. Direitos e deveres dos parlamentares. Comissões Parlamentares de Inquérito: objeto, poderes e limites.
- b) Direito Constitucional Intertemporal. Vigência, validade e eficácia das normas constitucionais e infraconstitucionais de regime constitucional anterior. Disposições gerais e transitórias.
- c) Competências originárias e recursais dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Superiores. Juizados Especiais. Recursos ordinário, especial e extraordinário. Súmula de jurisprudência. Efeito vinculante. Controle de constitucionalidade. Suspensão de segurança.

Ponto nº 10

- a) Processo legislativo. Iniciativa das leis. Emendas parlamentares. Discussão e votação. Sanção e veto. Promulgação e publicação. Espécies legislativas: emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções. As medidas provisórias. Processo legislativo estadual.
- b) Princípios constitucionais da Administração Pública. Acesso aos cargos e empregos públicos. Cargos efetivos e comissionados. Regimes jurídicos dos servidores públicos. Regime previdenciário. Acumulação. Subsídio. Limite máximo de remuneração. Aposentadoria. Licitação. Improbidade Administrativa na Constituição Federal e na Lei nº 8.429/92.

- c) Defesa do Estado e do regime democrático. Estado de Defesa e Estado de Sítio. Controle parlamentar e jurisdicional. Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Competências. Funções institucionais do Ministério Público.

3.2 Direito Administrativo

Ponto n° 1

- a) Licitação.
- b) Palavras extensionalmente vagas e discricionariedade.
- c) Improbidade administrativa.

Ponto n° 2

- a) Serviços públicos; atuação e intervenção no domínio econômico.
- b) Processo administrativo.
- c) Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos no âmbito do Direito Administrativo; ação civil pública.

Ponto n° 3

- a) Responsabilidade extracontratual do Estado.
- b) Empresas públicas, sociedades de economia mista e empresas com participação do Estado.
- c) Prescrição e decadência no Direito Administrativo.

Ponto n° 4

- a) Ato administrativo em sentido estrito. Ato administrativo-processual.
- b) Desapropriação.
- c) Direito adquirido e ato jurídico perfeito.

Ponto n° 5

- a) Contrato administrativo e contrato de direito privado da Administração Pública.
- b) Mandado de segurança individual e coletivo. *Habeas Corpus*.
- c) Infrações e sanções administrativas.

Ponto n° 6

- a) Regulamento e demais atos ditos normativos.
- b) Controle da Administração Pública.
- c) Inconstitucionalidade por ação e por omissão e seus reflexos no âmbito do Direito Administrativo.

Ponto nº 7

- a) Agentes públicos.
- b) Princípios da Administração Pública.
- c) Autarquia. Agências reguladoras.

Ponto nº 8

- a) Discricionabilidade.
- b) Administração Pública direta e indireta.
- c) Responsabilidade fiscal.

Ponto nº 9

- a) Ato administrativo em sentido estrito.
- b) Bens públicos.
- c) Ação popular; *Habeas Data*; mandado de injunção e ação de inconstitucionalidade por omissão.

Ponto nº 10

- a) Agentes públicos.
- b) Função pública.
- c) Poder de polícia. Servidão administrativa. Atividade de fomento.

3.3 Princípios Institucionais do Ministério Público

Ponto nº 1

- a) Evolução histórica do Ministério Público. Ministério Público na Constituição de 1988. Garantias, prerrogativas, deveres e vedações constitucionais dos Membros do Ministério Público.
- b) Conselho Nacional do Ministério Público: natureza jurídica, composição, organização, competência. Controle de constitucionalidade de atos normativos editados pelo Conselho Nacional do Ministério Público.
- c) Atuação do Ministério Público nas áreas de Interesses difusos, de direitos coletivos e individuais homogêneos, da cidadania, do idoso, da infância e adolescência. Delegação de atribuição institucional e de competência administrativa pelo Procurador-Geral de Justiça.

Ponto nº 2

- a) Ministério Público Eleitoral: organização, composição e atribuições.
- b) Ministério Público e ações civis coletivas. Ministério Público: relações institucionais com o Judiciário, o Executivo e o Legislativo. Delegação de atribuição institucional e de competência administrativa pelo Procurador-Geral de Justiça.
- c) Leis de Iniciativa do Ministério Público e emendas parlamentares. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei nº 8.625/93. Lei Orgânica do Ministério Público

da União – Lei Complementar n° 75/93, e Lei Complementar Estadual n° 106/03.

Ponto n° 3

- a) Garantias, prerrogativas, deveres e vedações constitucionais dos Membros do Ministério Público.
- b) Regime disciplinar no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Órgãos correccionais, processo disciplinar ordinário e sumário. Responsabilidade civil, penal, administrativa, política e funcional dos membros do Ministério Público. Delegação de atribuição institucional e de competência administrativa pelo Procurador-Geral de Justiça.
- c) Conselho Nacional do Ministério Público: natureza jurídica, composição, organização, competência. Controle de constitucionalidade de atos normativos editados pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Ponto n° 4

- a) Atuação judicial e extrajudicial do Ministério Público, agente e interveniente. Atribuição: declaração e conflito. Conflito de atribuição entre agentes do Ministério Público da União e de Estado-Membro.
- b) Atuação do Ministério Público nas áreas de Interesses difusos, de direitos coletivos e individuais homogêneos, de proteção ao idoso, e da infância e juventude, do consumidor e da cidadania.
- c) Investigação pelo Ministério Público: instrumentos para o exercício das funções institucionais. Inquérito Civil. Delegação de atribuição institucional e de competência administrativa pelo Procurador-Geral e Justiça.

Ponto n° 5

- a) Órgãos administrativos e órgãos de execução do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
- b) Atuação do Ministério Público nas áreas de Interesses difusos, de direitos coletivos e individuais homogêneos, de proteção ao meio ambiente, ao consumidor, ao idoso, à infância e juventude e à cidadania. Ações e serviços de saúde, controle social do Sistema Único de Saúde, recursos orçamentários. Leis nos 8.080/90 e 8.142/90. Delegação de atribuição institucional e de competência administrativa pelo Procurador-Geral de Justiça.
- c) Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Órgãos correccionais, modalidades de processos disciplinares, competência para a aplicação de sanções.

Ponto n° 6

- a) Ministério Público: agente e interveniente. Atribuição: declaração e resolução de conflito de atribuição nos Ministérios Públicos Estaduais. Solução de conflito de atribuição entre agentes do Ministério Público do Estado e da União. Órgão competente para a resolução.
- b) Investigação pelo Ministério Público. Inquérito Civil e Inquérito policial. Arquivamento e desarquivamento. Ministério Público no processo penal. Delegação de atribuição

- institucional e de competência administrativa pelo Procurador-Geral de Justiça.
- c) Conselho Nacional do Ministério Público: natureza jurídica, competências, composição. Atos normativos. Controle de Constitucionalidade desses Atos.

Ponto nº 7

- a) Ministério Público Eleitoral, organização e atribuição. Promotores Eleitorais. Autoridade competente para a designação desses agentes. Norma disciplinadora no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
- b) O Ministério Público na Constituição de 1988: princípios, organização básica, competências e atribuições.
- c) Órgãos de administração e de execução, respectivas denominações, competências e atribuições. Ministério Público e Lei de Responsabilidade Fiscal. Delegação de atribuição institucional e de competência administrativa pelo Procurador-Geral de Justiça.

Ponto nº 8

- a) Órgãos de administração e de execução, respectivas denominações, competências e atribuições. Solução de conflito de atribuição no âmbito do Ministério Público deste Estado. Órgão competente para a resolução de conflito de atribuição entre membro do Ministério Público de qualquer dos Estados e o do Ministério Público da União.
- b) Ministério Público proteção dos direitos humanos. Controle externo da atividade policial.
- c) Ministério Público: controle da administração pública. Inquérito civil e ação civil pública. Responsabilização dos agentes políticos e administrativos. Delegação de atribuição institucional e de competência administrativa pelo Procurador-Geral de Justiça.

Ponto nº 9

- a) Ministério Público: órgãos de administração e de execução, respectivas denominações, competências e atribuições. Regime jurídico dos membros do Ministério Público.
- b) Interesses difusos, direitos coletivos e individuais homogêneos, meio-ambiente, consumidor, idoso, infância e juventude. Assistência à saúde na Constituição da República e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90: diretrizes do Sistema Único de Saúde.
- c) Inquérito policial; arquivamento e desarquivamento. O Ministério Público no processo penal. Delegação de atribuição institucional e de competência administrativa pelo Procurador-Geral de Justiça.

Ponto nº 10

- a) Órgãos de administração e de execução dos Ministérios Públicos dos Estados, respectivas denominações, competências e atribuições. Provimento do cargo de Procurador-Geral de Justiça. Delegação de atribuição institucional e de competência administrativa pelo Procurador-Geral de Justiça.
- b) Conselho Nacional do Ministério Público: natureza jurídica, composição, órgãos,

atribuições e relação com as instituições controladas.

- c) Responsabilização política, civil, penal e administrativa dos membros do Ministério Público. Garantias, prerrogativas e vedações.

3.4 Direito Tributário

Ponto nº 1

- a) Poder de tributar. Competência tributária. Tributos do Sistema Tributário Nacional.
- b) Impostos diretos e indiretos. Impostos reais e pessoais.
- c) Imunidade tributária, isenção tributária e não incidência tributária; alíquota zero.

Ponto nº 2

- a) Princípio da legalidade tributária.
- b) Competência tributária dos Estados e Municípios.
- c) Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária.

Ponto nº 3

- a) Princípios da igualdade tributária e da capacidade contributiva.
- b) Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços.
- c) Obrigação tributária: sujeito ativo e passivo. Fato gerador da obrigação tributária.

Ponto nº 4

- a) Princípio da anterioridade da lei.
- b) Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação.
- c) Crédito tributário: lançamento.

Ponto nº 5

- a) Fraude, elisão, evasão e sonegação fiscal contra a Fazenda Pública.
- b) Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
- c) Processo judicial tributário: Mandado de Segurança, Ação de Consignação em Pagamento e Medidas Cautelares.

Ponto nº 6

- a) Princípio da irretroatividade da lei.
- b) Imposto sobre a transmissão de bens imóveis.
- c) Execução contra a Fazenda Pública.

Ponto nº 7

- a) Princípios da vedação ao confisco e da livre circulação.
- b) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

- c) Execução fiscal e embargos.

Ponto nº 8

- a) Responsabilidade por substituição tributária. Responsabilidade tributária dos sucessores e de terceiros por infrações.
- b) Imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- c) Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Ponto nº 9

- a) Modalidades de extinção do crédito tributário. Exclusão do crédito tributário.
- b) Contribuições de melhoria. Contribuições especiais.
- c) Garantias e privilégios da Fazenda Pública. Dívida ativa tributária. Concurso fiscal de preferência.

Ponto nº 10

- a) Decadência e prescrição do crédito tributário.
- b) Taxas.
- c) Pagamento e repetição do indébito tributário. Ação anulatória de débito fiscal e ação declaratória.

* Republicado por incorreção no original publicado no D.O. de 27.04.2007.